

O Cortiço e a mulher negra: narrativa refratando a sociedade¹

Adriana Garcia Araújo²

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar como se revelam a construção de raça, por meio do discurso, no romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (2017). O enfoque será em algumas personagens mulheres: Bertoleza, negra e escrava, e que mesmo acreditando ser alforriada mantém seu comportamento subserviente; D. Estela, mulher branca, casada, aristocrata e infiel desde o início do casamento; D. Isabel, portuguesa que vive no cortiço, trabalha como lavadeira e está na mesma classe social que Bertoleza. Buscaremos dentro da obra os signos que apontem para além das falas, no intuito de compreender os discursos que constroem as personagens, refletindo se a caracterização delas é apenas uma manifestação fictícia de Azevedo, ou se elas podem revelar condições históricas reais. Com base nos estudos desenvolvidos nas áreas: da Crítica Literária, Filosofia, História e, principalmente, da Linguística Aplicada – que analisa como os discursos produzidos impactam no social e no individual, recorreremos a teóricos como: Antonio Cândido; Étienne La Boétie; Aníbal Quijano, Edward W. Said, dentre outros. Por meio da história da Primeira República e seus atores sociais, buscaremos relacionar a obra com o contexto em que foi produzida, demonstrando como a consciência coletiva (construída pelo discurso) influencia o comportamento do indivíduo e determina suas relações na sociedade, cristalizando ou não ideologias, por meio de seus atos de fala.

PALAVRAS-CHAVE: *O Cortiço*; Racismo; Linguística Aplicada.

¹ Este artigo é resultado da disciplina *Linguística aplicada a raça*, ministrada pela Profa. Dra. Glenda Cristina Valim de Melo, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Mestranda em Estudos Literários - Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: araujoadrianagarcia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O romance realista/naturalista *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (2017), é uma das grandes obras da literatura brasileira, e, por esse motivo atrai para si uma considerável quantidade de estudos, que vão desde a análise literária até a reflexão historiográfica sobre o país, que se encontrava às portas da primeira república. Ao mesmo tempo em que abundam pesquisas sobre o livro é possível perceber que algumas temáticas não estão esgotadas.

É de domínio público a noção de que o cortiço é a personagem central do livro, e que nele habitam outras personagens, bem como a noção de que a transformação física do espaço da narrativa caminha em paralelo com a transformação da vida social no entorno. Essa transformação pode ser uma metáfora para o período histórico no qual o livro foi escrito, que viu a cidade ganhar outros contornos após os acontecimentos políticos envolvendo a família real e o primeiro governo militar republicano.

Abordaremos a obra observando a construção e desenvolvimento de três personagens: Bertoleza, negra, suja, portadora do ledor engano da alforria, eclipsada durante quase todo o romance; D. Estela, aristocrata, europeia, casada por interesses financeiros, e que insatisfeita com sua vida conjugal torna-se adúltera, o marido de D. Estela, por sua vez, não querendo perder os privilégios que a condição social da mulher lhe proporciona, submete-se a traição; D. Isabel, viúva, portuguesa, pobre, lavadeira e adorada pelos demais moradores do cortiço, esta integra o mesmo ambiente físico e social que Bertoleza. Ao decorrer da narrativa notamos que há uma superioridade racial que é atribuída a D. Isabel e D. Estela, devido sua cor e procedência europeia, em detrimento da personagem Bertoleza, que é negra.

A literatura realista/naturalista não é a representação do real e nem deve ser tomada como documento histórico, mas sabemos que uma de suas principais características é a pretensão de imitar/mimetizar o real, por meio de fatos históricos presentes na obra, demonstrando como a sociedade se organiza, seus costumes, qual a moral e ética que prevalece, bem como, a hierarquização por raça que ocorre em *O Cortiço*. Dada a complexidade da obra, escolhê-la para analisar como a mulher negra é representada foi uma estratégia de demonstrar como os discursos (mesmo que fictícios) retratam uma dada sociedade ao mesmo tempo em que agem sobre a mesma.

Uma vez estabelecido o mote do presente artigo – a naturalização das desigualdades que acontece por meio dos discursos – embasaremos nossa análise em autores como Jessé de Souza, Luiz Paulo da Moita Lopes, Glenda Cristina Valim de Melo, Luciana Lins Rocha, Aníbal Quijano, Nilma Lino Gomes, Edward Said, dentre outros. Levando em consideração as variantes dessa desigualdade é urgente abordar as questões de raça, cor, gênero e

classe social, no contexto atual do Brasil, uma vez que as minorias estão numa constante exposição aos discursos enviesados por preconceitos que pretendem uma privação ou uma completa exclusão de direitos, aumentando a discriminação racial e a violência. Tais atos de violência não são frutos da contemporaneidade, como muitos pensam e afirmam. Eles foram construídos ao longo dos séculos, por meio de discursos que estimularam e naturalizaram esses atos. Se pensarmos de modo crítico no processo de constituição do povo brasileiro, temos de convir que a “descoberta” das Américas pelos europeus não foi um processo pacífico.

A história que comumente ouvimos é que, quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram índios que viviam como selvagens, com um conhecimento menor, sem cultura, portanto desprezíveis. O violento processo de escravidão no Brasil se confunde com a história dos índios, embora ocorram concomitantemente em alguns momentos da história, não podemos esquecer que o negro era animalizado, violentado, reduzido a mais ínfima condição de subsistência humana e utilizado como objeto de exploração das riquezas naturais. As condições do negro, do português e do pobre são retratadas cruamente no romance de Azevedo (2017), e essas relações dicotômicas de: explorador/explorado; branco/preto; português/brasileiro; humano/animal; e, principalmente, a que nos interessa nesse trabalho a mulher branca/mulher negra, ficam bem marcadas na e pela construção discursiva das personagens e do narrador dentro da obra.

2. COMO OS DISCURSOS CONSTROEM OU DESTROEM A IMAGEM DE UM POVO

Por muito tempo, de acordo com Aníbal Quijano (2005), os índios foram tidos como homens mansos, por não se rebelarem contra o sistema imposto pelos europeus (aceitar a religião do colonizador, por exemplo), porém acostumados a cultivar somente o que era necessário para a sua sobrevivência, sem acumular fortunas com a exploração dos recursos naturais, os índios negaram-se a explorar a natureza.

Em busca de atingir seus objetivos de extração de riquezas das terras de seus colonizados, os europeus começaram o tráfico de povos negros para serem escravizados. Esse processo de escravização perdurou por séculos. Os negros não eram percebidos como humanos, eram reduzidos como criaturas sem alma, portanto não poderiam ser catequisados, sendo assim inferiores aos indígenas, portanto submetidos a condições sub-humanas de sobrevivência. Se fossemos traçar uma pirâmide em que a raça determina a hierarquia, teríamos a seguinte imagem, de acordo com Quijano (2005):

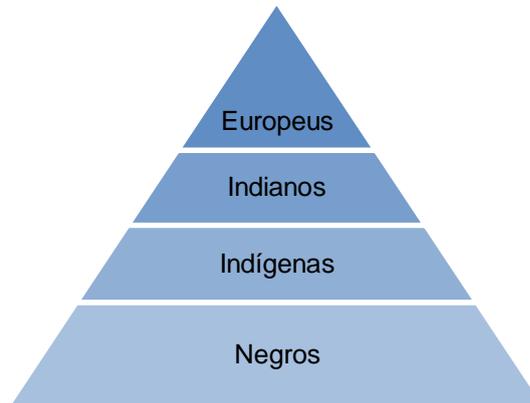


Figura 1 – Pirâmide hierárquica racial. Fonte: própria autora

Infelizmente, essa pirâmide ainda é atual, pois o discurso trazido pelos colonizadores de que o negro e o índio são raças inferiores, perpassou anos de história e se perpetuou em nossa sociedade. Quijano afirma que,

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. [...] Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. (QUIJANO, 2005, p. 117, grifo nosso).

Essa ideia de raça como estabelecidora de qual indivíduo está acima hierarquicamente, foi e é, ainda hoje, uma questão determinante para naturalizar, de acordo com as características fenotípicas de uma pessoa, em qual escala ela se encontra nessa pirâmide hierárquica baseada na raça. Na imagem acima, temos o negro abaixo do índio, porque não tinha alma e não aceitou a escravização de modo pacífico, portanto animalesco. O índio está abaixo do indiano devido a sua sociedade ser ágrafa, e, sobretudo mansa, resistindo por um tempo à aculturação do europeu, mas logo se deixaram catequisar, reiterando essa mansidão. Os indianos estão abaixo dos europeus, pois apesar de possuir grafia e arquitetura mais evoluída com templos e casas, não tinham a mesma religião que os europeus e eram fenotipicamente diferentes. Os efeitos dessa pirâmide hierárquica ecoam até hoje em nossa sociedade. De acordo com Jessé Souza (2017),

Como não somos formigas que repetem uma informação genética, nosso comportamento é determinado por uma visão do mundo e das

coisas que é “construída”. Essa construção do sentido do mundo era trabalho de religiosos no passado e de intelectuais nos últimos duzentos anos de história. *Esse “sentido do mundo” nos parece, então, “natural”, dado que nascemos sob a influência dele, e são pessoas amadas e admiradas, em casa, na escola ou na televisão, que nos apresentam a ele.* De tal modo que nos aparece como algo “confiável”. *É essa confiabilidade que torna tão fácil a reprodução dos privilégios legitimados por esse sentido, sempre muito específico, e, ao mesmo tempo, torna a sua crítica tão difícil.* (SOUZA, 2017, p. 10, grifo nosso).

Segundo Souza (2017), além de estarmos sempre expostos a esses discursos legitimadores das desigualdades, há, também, uma naturalização da violência e do racismo pelos meios midiáticos, colocando a corrupção como o maior problema de nosso país, apagando ou escamoteando as demais mazelas sociais, como o racismo, a questão de gênero, dentre outras. Desse modo, preocupados em resolver o problema da corrupção, da violência, da fome, as questões como: racismo; homofobia; misoginia e demais preconceitos, são apagadas.

Acontece que, nos discursos e ações que produzimos no dia a dia, a violência está ligada intrinsecamente a questão racial. É difícil admitir, mas necessário, inclusive como possibilidade de mudança, que somos racistas em certa medida. Os atos racistas que presenciamos hoje são as vozes que ecoam no tempo, e dada a conjuntura política e social, ganham espaço para circularem e se naturalizarem. A discriminação do outro que é diferente dos padrões fenotípicos estabelecidos como ideais (pele branca, cabelo liso, nariz afilado, por exemplo) acontece em pequenas atitudes cotidianas e que nem sempre percebemos, devido ao enraizamento desse comportamento em nosso inconsciente. Porém, o autor afirma que nos momentos de crise é que conseguimos promover mudanças nos comportamentos,

Na crise, toda legitimação perde sua “naturalidade” e pode ser desconstruída. Mas é necessário que se reconstrua um novo sentido que explique e convença melhor que o anterior. Sem isso, a explicação anterior tende a se perpetuar. (SOUZA, 2017, p. 11).

Se considerarmos que somos construídos socialmente pelos discursos, como é concebido pela Linguística Aplicada, temos no mínimo 518 anos de falas que colocam o negro e o índio como pessoas inferiores, por vezes perigosas, e que atrasam o desenvolvimento da sociedade. Vivenciamos um momento em que a grande mídia veicula anúncios, novelas, filmes e demais conteúdos, reforçando as ideologias que estigmatizam o outro não branco.

3. OS DISCURSOS FICCIONAIS NA LITERATURA QUE REFLETEM E AFETAM A REALIDADE SOCIAL

Pensemos agora, especificamente, nas obras canônicas da Literatura Brasileira e, por isso, lidas ano após ano nas instituições de ensino. Para esse artigo trabalharemos com a obra, que de acordo com Alfredo Bosi (2017), é o

expoente do realismo/naturalismo no Brasil: *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Sabemos que o romance realista/naturalista pretende representar o real, e, portanto, sua narrativa busca refletir e refratar os costumes de uma dada sociedade, seja denunciando as mazelas, seja corroborando um pensamento ou costume social.

Escrita e publicada pela primeira vez em 1890, período de transição entre Monarquia (colonização) e Primeira República (oligarquia), e, principalmente, muito próximo à abolição da escravidão no Brasil (1888), a obra demonstra como se davam as relações de poder entre brancos e negros. É possível percebermos, na construção das personagens e dos ambientes, como a realidade social e histórica da época é refratada na obra. Essas construções se dão por meio dos discursos produzidos, e, embora ficcionais, a cor e a raça, independentemente de sua classe social, são marcadores centrais na narrativa, e é por esse viés racial que conseguimos perceber que a mulher negra é colocada sempre em posição inferior a mulher branca.

O romance é rico em personagens, no entanto, detivemo-nos em três mulheres que consideramos mais apropriadas para o nosso trabalho: “Bertoleza”; “D. Estela” e “D. Isabel”. O modo como as características físicas e morais são a elas atribuídas estão inerentemente ligado à raça (cor) que possuem. Temos em Bertoleza, a descrição de que é uma “[...] crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português [...]” (AZEVEDO, 2017, p.11), com a morte de seu companheiro conheceu outro português chamado João Romão, personagem fundamental, pois é ele quem constrói o cortiço com a ajuda e dinheiro que Bertoleza vinha guardando para comprar sua alforria. O narrador descreve o interesse de Bertoleza em João Romão atribuindo suas predileções a todas as demais negras, pois “[...] *como uma toda cafuza*, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa *raça superior a sua*”. (AZEVEDO, 2017, p.12, grifo nosso).

Bertoleza é o estereótipo de uma mulher negra, que busca o branqueamento e a superioridade da raça em um homem branco, pagando um alto preço pela busca desse branqueamento, pois ao final da narrativa é traída pelo seu parceiro e descobre que nunca foi alforriada (como prometera João Romão) e é entregue aos seus antigos donos e, para ver-se livre da servidão, mata-se para não mais servir, rompendo de modo violento com a escravidão que lhe era imposta. O narrador ao descrever Bertoleza faz uso de adjetivos pejorativos, com forte zoomorfização rebaixando-a ao nível de um animal, o que nos leva a entender que há uma tentativa de tirar qualquer traço de humanidade da negra.

Em D. Estela, temos uma personagem branca, rica, de origem nobre e adúltera, embora o marido, Miranda, saiba de suas traições, releva-as para preservar o dinheiro e o status social que possui por ser casado com uma aristocrata. Mesmo cometendo adultério e com um comportamento questionável para a moral da sociedade, o modo como é descrita é ameno, como podemos verificar no excerto abaixo:

D. Estela era uma mulherzinha levada da breca: achava-se casada havia treze anos e durante esse tempo dera ao marido toda sorte de desgostos. Ainda antes de terminar o segundo ano de matrimônio, o Miranda pilhou-a em flagrante delito de adultério; mas a sua casa comercial garantia-se com o dote que ela trouxera. [...] Prezava, acima de tudo, a sua posição social e tremia só com a ideia de ver-se novamente pobre [...] (AZEVEDO, 2017, p. 16, grifo nosso).

Ainda que D. Estela fosse adúltera, envolvendo-se, também, com o sobrinho do marido, é uma personagem que não sofre rebaixamento de sua posição social e moral, não é construída com palavras pejorativas, nem é animalizada como as demais personagens negras dentro da narrativa.

Consideramos agora D. Isabel, personagem que vive no mesmo local que Bertoleza. Uma moradora do cortiço, branca, portuguesa, lavadeira, viúva de um marido que se suicidou e mãe de uma inocente jovem chamada Pombinha, a quem se sacrificou para dar condições melhores de vida. Como nos descreve o narrador,

Tinha uma cara macilenta de velha portuguesa devota, que já foi gorda, bochechas moles de pelancas rechupadas, que lhe pendiam dos cantos da boca como saquinhos vazios; fios negros no queixo, olhos castanhos, sempre chorosos e engolidos pela pálpebra. (AZEVEDO, 2017, p. 42, grifo nosso).

Percebemos que, embora D. Isabel esteja num mesmo patamar social que Bertoleza, a mesma não sofre zoomorfização, é descrita sem adjetivos pejorativos e adorada por todos no cortiço, assim como sua filha Pombinha, que leva esse nome pela sua inocência, pureza e pele alva. Adicionamos a essa sacralização das personagens a nacionalidade portuguesa e a religiosidade cristã. Em uma primeira leitura das descrições de D. Isabel e sua filha, o leitor pode imaginar que não há problemas morais nas duas personagens portuguesas, assim sendo não há razões para que o narrador as construísse com aspectos degradantes, porém, no decorrer da trama é revelado ao leitor que a madrinha de Pombinha, uma prostituta chamada Leónie (também branca), é quem dá condições de uma vida melhor para as personagens. D. Isabel, mesmo sabendo da origem do dinheiro, mostra-se condescendente com a situação – embora cristã – e dissimula não saber a ocupação de sua comadre.

Mesmo não sendo uma das personagens que nos propomos analisar, é importante acrescentar que Pombinha se casa, torna-se adúltera e decide deixar o esposo para prostituir-se. O que nos chama atenção nesse acontecimento é que ainda assim não há uma diminuição moral ou degradação dessa personagem. O narrador recorre à característica da escola literária realista/naturalista, colocando o sujeito como fruto do meio em que vive (determinismo), assim sendo, Pombinha é vítima do cortiço e de seus habitantes (moralmente degradados) e da companhia de Leónie.

É certo que D. Estela possuía um nível social e poder aquisitivo superior ao de Bertoleza e D. Isabel, e o fator econômico e social poderia justificar o tratamento diferenciado do narrador. Mas se isolarmos D. Isabel e Bertoleza,

temos duas mulheres que vivem no mesmo meio social e econômico. Sendo a primeira, uma pobre viúva que aceita ajuda financeira de uma prostituta (algo inconcebível para uma senhora cristã com uma filha moça) e a segunda, uma mulher negra que trabalha de sol a sol, sempre leal a seu parceiro português, sem voz e apagada na narrativa, quando, por acaso, aparece em cena é descrita como sendo suja, animalizada e degradada.

No trecho abaixo temos a descrição de uma cena em que João Romão, após enamorar-se com Zulmira (filha de D. Estela) em busca de um casamento para galgar um lugar de prestígio na sociedade, volta para casa e encontra Bertoleza dormindo:

Mas a bolha do seu desvanecimento engelhou logo à vista de Bertoleza que, estendida na cama, roncava, de papo para o ar, com a boca aberta, a camisa soerguida sobre o ventre, deixando ver o negrume das pernas gordas e lustrosas. *E tinha de estirar-se ali, ao lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe!* [...] havia de pôr a cabeça naquele mesmo travesseiro sujo em que se enterrava a hedionda carapinha da crioula! (AZEVEDO, 2017, p. 174, grifo nosso).

As diferenças descritivas das personagens perpassam, crucialmente, pela raça e cor e percebemos em toda narrativa que é um ato recorrente. Todas as personagens europeias (brancas) recebem um tratamento diferente por parte do narrador (seus defeitos sofrem eufemismos, as qualidades são ressaltadas, etc.), ao passo que, os brasileiros (negros) estão sempre em um patamar abaixo dos europeus, independentemente de sua condição social e econômica. Notamos apenas uma pequena diferenciação de tratamento para os personagens pobres brancos, mas ainda assim, são inferiores aos europeus.

Não é difícil entender o romance como uma narrativa que busca mostrar as mazelas em que o povo brasileiro (pobre e negro) sofria naquele momento de transição entre Monarquia e Primeira República. Havia no país grupos de imigrantes portugueses, italianos e espanhóis (que são abordados N'O *Cortiço*), e esses grupos sempre ocupavam cargos superiores que os negros nos locais de trabalho. N'O *Cortiço* percebemos essa divisão racial, pois os imigrantes não se misturavam com os negros, mesmo morando no mesmo ambiente eles organizavam-se em grupos distintos.

Esses discursos produzidos, mesmo que sejam ficcionais, resultam em ações na nossa sociedade atual. Considerando que *O Cortiço* é um cânone da Literatura Brasileira abordado nas escolas de Ensino Básico e Ensino Superior, infelizmente pouco são as instituições educacionais que se preocupam em trazer a narrativa do subalterno, do explorado, do negro, para estabelecer um contraponto com essa imagem que vêm sendo construída do povo negro, que perdeu sua voz nos séculos de opressão, vendo sua história sufocada, amordaçada, e construída pelos discursos do homem branco, colonizador e opressor.

Em Glenda Cristina Valim de Melo e Luciana Lins Rocha (2015), temos na linguagem não só um modo de manifestarmos nossas posições por meio do discurso, a linguagem provoca uma ação no mundo. No caso da linguagem literária, temos o negro ao final da narrativa sucumbindo a vontade do homem branco, vendo na morte o único meio de não mais ser escravizado. É um olhar visceral sobre o mundo e que realça a crueldade e o modo sub-humano no qual viviam os pobres, em especial os negros.

Para as autoras, “Não se pode negar que os discursos que circulam atuam no mundo social de maneiras diversas, mostrando-nos como é mitigadora do potencial da linguagem a visão de que ela está desvinculada das ações.” (MELO e ROCHA, 2015, p.102). Dessa forma, a linguagem literária, representa, ou pelo menos pretende ser a refração do real – principalmente no Movimento Literário Brasileiro Realismo/Naturalismo – e a narrativa se torna um importante meio de analisarmos o que acontecia no Brasil naquele momento em que se iniciavam os primeiros movimentos abolicionistas em nosso país.

Melo e Rocha (2015), incorporam em seus trabalhos importantes teóricos, um deles é John Langshaw Austin, para demonstrar que a linguagem é um ato performativo no mundo, pois segundo as autoras:

Austin (1990 [1962]) pode não ter sido o primeiro teórico a se ocupar do que a linguagem faz no mundo, porém foi o primeiro aliado aos estudos da linguagem a suscitar reflexões de impacto considerável no ocidente para a visão performativa da linguagem (Ottoni, 2002). O autor desenvolve uma discussão sobre como usamos as palavras para agir no mundo, abalando consideravelmente a ideia modernista de linguagem como intermediário epistêmico. Para ele, entender que a linguagem relata, descreve o “real” é uma “falácia descritiva” (Austin, 1990 [1962], p.23), pois a linguagem não só descreve, ela traz à existência aquilo sobre o que fala. (MELO e ROCHA, 2015, p.103).

Desse modo, se a linguagem é performativa e traz o agir no mundo por meio das palavras, não podemos desprezar o valor de verdade existente em uma obra literária. Se considerarmos que essas narrativas canônicas influenciam novas narrativas, percebemos o perigo que corremos em perpetuar a ideia de que o negro (assim como as demais minorias) é inferior, reforçando os preconceitos e discriminações que estão associadas a sua raça. Os discursos produzidos sobre esses povos, sejam nos livros de história, sejam na ficção literária, sejam nas novelas, sejam em comerciais e propagandas, reforçam e naturalizam essa violência.

Para percebermos a força que a linguagem exerce sobre nós, busquemos agora em nossa memória as novelas, nas quais se têm um núcleo rico e um núcleo pobre. Não é preciso dizer qual a cor de pele predominante em cada grupo. Isso referenda o pressuposto de que é por meio da linguagem que construímos ou destruimos um povo, que reforçamos os estereótipos que tendem ao reforço positivo ou negativo de nossas ações no mundo.

As autoras apropriam-se dos pensamentos de Judith Butler (1997), para mostrar que a linguagem não é só constituída pelos discursos, mas também pelo nosso agir no mundo:

Fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos com a linguagem, e fazemos coisas à linguagem, mas a linguagem também é aquilo o que fazemos. Linguagem é um nome para nossa ação: tanto o 'quê' fazemos (o nome para a ação que caracteristicamente encenamos) e aquilo que fazemos acontecer, o ato e suas consequências (BUTLER, 1997, p.8 *apud* MELO e ROCHA, 2015, p. 106).

Têm-se uma repetição de atos performativos pela linguagem e assim agimos no mundo, pois o que enunciamos provocará uma repercussão, um efeito, quer estejamos conscientes desse efeito ou não. Daí a importância de repensarmos os nossos atos de fala, pois nossos discursos, como afirma o título do artigo das autoras Melo e Rocha, são “discursos que também ferem”. Para Moita Lopes (2004),

A escolha em relação a que valores devem ser preferidos tem que ser baseada na exclusão daqueles que causam sofrimento humano ou façam mal aos outros. Esse é um princípio ético que é fundamental em qualquer empreendimento investigativo como também em outras práticas sociais. (MOITA LOPES, 2004, p. 168).

Ao pensarmos desse modo, devemos ter cuidado com as várias abordagens que existem sobre o que é ética e moral, pois esses conceitos não são estanques, de acordo com cada autor a questão ética e moral de nossas práticas sociais serão diferentes e isso afeta o nosso agir no mundo, logo, a repercussão na sociedade terá um resultado diferente. Percebemos que a prática discursiva, não é algo simples e inato, não é dado pelas instituições, como nossa família, estado, escola, religião – embora essas tenham uma enorme influência em nossa ação no mundo – se pensarmos numa ação moralmente e eticamente direcionada, teremos um mundo de possibilidades, e nossa alteridade com o outro será colocada em relevante posicionamento.

Nilma Lino Gomes (2012, p. 733), uma estudiosa das questões raciais, inclusive na Educação, afirma que “Se a lógica do pensamento abissal é tornar os Outros inexistentes e inferiores, a lógica desses Outros é conquistar o seu lugar de existência. Esta pode ser considerada como uma das características do movimento negro [...]”. Percebemos que no ambiente educacional o movimento negro tem tomado uma considerável proporção, mas ainda é insuficiente, pois embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) garanta a pluralidade no ensino, são poucas as instituições que têm em seu currículo obras literárias que privilegiam a história negra contada por negros, o que encontramos, ainda, é a nossa história de colonização sendo contada pelos colonizadores.

O autor e crítico literário, Edward Said (2011), em seu livro *Cultura e Imperialismo*, mostra-nos que sempre houve resistência por parte do nativo colonizado, às vezes a resistência foi armada, às vezes foi uma resistência cultural, mas sempre existiu. O nativo nunca aceitou passivamente a

dominação. A cultura, nesse aspecto é um dos meios de se resistir à dominação, porém ela evidencia a xenofobia. A primeira concepção de cultura para Said (2011) é a arte, sobretudo o romance, pois ele leva ao refinamento, à erudição, a uma fonte de identidade e preservação da tradição. O autor afirma que,

O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimento mobilizaram povos do mundo colonial para que se erguessem e acabassem com a sujeição imperial; nesse processo, muitos europeus e americanos também foram instigados por essas histórias e seus respectivos protagonistas, e também eles lutaram por novas narrativas de igualdade e solidariedade humana. (SAID, 2011, p.13).

Ao refletirmos sobre o que afirma o autor, teremos que minimamente conhecer a história, a sociologia, a linguagem e como a sociedade que compomos foi e é constituída. Além de ampliar nossos conhecimentos, torna-se essencial que o negro, o índio e o subalterno, consigam narrar as suas próprias histórias, caso contrário, teremos em nossas escolas a história sempre contada por nossos colonizadores e o colonizado será posto no canto, ao fundo, como um coadjuvante passivo e sem voz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve olhar sobre o romance realista de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, analisamos, à luz de teóricos que estudam como se dão os discursos em sociedade, de que modo as personagens “mulheres brancas e negras” são descritas pelo narrador. Percebemos que as personagens brancas que citamos não sofrem animalização e recebem menos ou nenhuma adjetivação pejorativa. Nós sabemos que D. Estela é aristocrata e europeia e essas características explicariam o tratamento diferenciado na obra. O que nos instiga é a personagem portuguesa, D. Isabel, que está no mesmo patamar econômico e social que a personagem negra Bertoleza, possui uma conduta questionável e é tratada com maior respeito por parte do narrador, assim como as demais personagens pobres e brancas do cortiço, ao passo que Bertoleza é reduzida grotescamente.

Ao final da narrativa Bertoleza descobre que não é alforriada, sendo vítima da crueldade de João Romão, que friamente manteve-a como uma subalterna, laborando dia e noite, fazendo-a acreditar que participava dos negócios do cortiço e da venda, pois eram companheiros. Essa descoberta ocorre quando João Romão decide casar-se com uma moça aristocrata (filha de D. Estela) para galgar prestígio social, mas para isso precisava livrar-se da cafuza Bertoleza. Elabora um plano para devolvê-la ao antigo dono. Bertoleza ao perceber que não era alforriada e que seus antigos donos estavam ali para levá-la, num ato súbito de clamor pela liberdade mata-se, para não voltar à

escravidão. Naquelas circunstâncias o único modo de ver-se livre do opressor, era morrendo. É um fim trágico e cruelmente libertador.

Tentamos compreender, por meio das personagens d’*O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, como se dá a construção da imagem do negro na narrativa, e como essa construção reflete o contexto social em que a obra foi produzida. Para a localização do romance no contexto literário e com objetivo de refletir sobre o diálogo entre literatura x realidade social, apoiamo-nos nas obras de Alfredo Bosi e Antonio Cândido.

Bosi (2017) analisa o realismo/naturalismo, trazendo Azevedo como um dos principais escritores naturalistas, afirmando que:

Só em *O Cortiço* Aluísio atinou de fato com a fórmula que se ajustava ao seu talento: desistindo de montar um enredo em função de pessoas, ateu-se à sequência de descrições muito precisas onde cenas coletivas e tipos psicologicamente primários fazem, no conjunto, do cortiço a personagem mais convincente do nosso romance naturalista. Existe o quadro: dele derivam as figuras. (BOSI, 2017, p. 201).

E nessa perspectiva, tentamos nesse artigo analisar como se dão as relações que compõem esse quadro, e de que modo a sombra da personagem Bertoleza, em principal, se faz presente nessa composição. Mantida fora de cena, ela é a figura mais emblemática das relações escravagistas, das relações de poder/submissão daquele momento, no Brasil.

Antonio Cândido (1991), em seu artigo *De Cortiço a Cortiço*, discorre sobre a relação de “explorado e explorador” e como essas relações são constituídas e refletem a sociedade brasileira, em que a busca pela ascensão e o acúmulo de riqueza perpassava pela exploração dos menos favorecidos, nesse caso, João Romão explorando Bertoleza e os demais moradores do cortiço. Ainda com Cândido (2006), com base em seu livro *Literatura e Sociedade*, podemos refletir como o contexto social da época é retratado na obra, tornando-se parte dela.

Embora não trate diretamente da perspectiva que abordamos o romance realista, podemos, também, em Étienne de La Boétie em seu livro *Discurso Sobre a Servidão Voluntária*, compreender o comportamento servil, pois o autor afirma que cada homem “[...] é filho de sua época, produto do meio em que vive.” (LA BOÉTIE, 2009, p. 20), conversando assim com a perspectiva naturalista da obra de Azevedo. La Boétie (2009) nos permite pensar como é construído esse comportamento servil a partir de uma consciência coletiva e como essa consciência endossa essa servidão e a naturaliza, e, segundo ele, para modificar esse comportamento servil, faz-se necessário que os homens adotem uma nova postura, rompendo as rédeas que os aprisionam, conforme podemos verificar no trecho abaixo:

Sede resolutos em não servir mais e eis-vos livres. Não quero que o empurreis ou abaleis, mas apenas que não o sustenteis mais e o vereis, qual grande colosso a quem se tirou a base, desfazer-se debaixo do próprio peso e romper-se. (LA BOÉTIE, 2009, p. 38).

Ao nos depararmos com esse trecho da obra de La Boétie, somos impelidos a cena final d’*O Cortiço*, em que Bertoleza rompe com a escravidão rompendo a si mesma, obstinada em não mais servir ao senhor dos escravos:

Bertoleza, [...] estava de cócoras no chão, [...] quando viu para defronte dela aquele grupo sinistro. Reconheceu logo o filho mais velho do seu primitivo senhor, e um calafrio percorreu-lhe o corpo. [...] adivinhou que tinha sido enganada; que sua carta de alforria era mentira, e que seu amante, [...] restituía-a ao cativo. [...] Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo, rasgara o ventre de lado a lado. E depois emborcou para frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue. (AZEVEDO, 2017, p.265, grifo nosso).

Parece-nos fácil romper com as rédeas que aprisionam, e as palavras de La Boétie soam possíveis, mas entendemos que embora no contexto social e histórico do livro estejam acontecendo os primeiros movimentos abolicionistas, sabemos que o negro não tinha como sobreviver, dada a falta de instrução, a marginalização a que foram submetidos, e, principalmente, a imagem negativa do negro que já havia se consolidado pelos discursos produzidos. Desse modo, após a abolição da escravidão, os trabalhos de maior prestígio e que exigiam menor esforço corporal, ainda eram destinados aos brancos. Aos negros cabiam os trabalhos braçais e menos valorizados.

É possível que o leitor esteja se questionando: por que Bertoleza, nesse artigo, teria um lugar só dela? Por que não escolheram outra negra com maior destaque na narrativa, como, por exemplo, Rita Baiana? Respondemos que, o lugar de Bertoleza fica implícito em toda a obra e quando a personagem finalmente emerge traz as vísceras junto, numa ironia constrangedora e sangrenta. Nesse sentido, também nos indagamos: será que foi intenção do autor construir-la assim, ou esse é mais um traço da época apontando para a situação do negro que compra caro a ideologia de branqueamento da raça? Que é enganado no pacto social, condenado a viver na sombra, na servidão, no caso de Bertoleza, vivendo no silêncio da cozinha tendo como mordça o avental sujo?

Talvez esses questionamentos não encontrem resposta nesse artigo. Mas com embasamento nas perspectivas linguísticas e literárias, o intuito foi demonstrar como a personagem negra, Bertoleza, refrata uma consciência coletiva subserviente. Encontramos nela o melhor exemplo de organização da sociedade por meio da raça, na qual o não branco é inferior, subjugado, enganado e explorado. Por meio dessa personagem, verificamos de que modo essa consciência aparece pincelada na obra, ora com nuances suaves e quase imperceptíveis, ora com pinceladas fortes e denunciadoras do contexto histórico-social que a narrativa revela, por meio dos discursos que se engendram entre o real e ficcional.

Acreditamos que, para além de uma intersecção entre Literatura e Linguística Aplicada, o que torna essa leitura relevante é a possibilidade de se pensar como a imagem do negro foi construída discursivamente em todas as

áreas epistemológicas e que, embora pareça uma mera leitura para fruição estética, as obras literárias possuem um papel importante nessa construção. Ficcionalis ou não, os discursos que produzimos, os nossos atos de fala são ações no mundo e possuem efeitos. Cabe-nos a tarefa de agirmos discursivamente em busca de uma sociedade que seja capaz de reconhecer e aceitar a sua violenta história de constituição e, quem sabe então, seremos capazes de mitigar os preconceitos existentes e humanamente reconhecermos-nos como iguais.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 51. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#estrutura>> Acesso em: 28 de jun. 2019.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/03/candido-literatura-e-sociedade-copy.pdf>> Acesso em: 19 de mai. 2019.
- _____. **De Cortiço a Cortiço**. Novos Estudos CEBRAP, nº 30, julho de 1991, p. 111-129. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-30/>>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Tradução J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- GOMES, N. L. **Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça**. v. 33, n. 120, Campinas: *Educ. Soc.*, jul.-set. 2012, p. 727-744.
- MELO, G.C.V.; Rocha, L. L. (2015). Linguagem como performance: discursos que também ferem. In: Rodrigues, M.G; Melo, G.C.V; Rodella, V.L.A; Câmara, N.S; Manzano, L.C.G. (Org.). **Discurso: sentidos e ação**. 10ed. Franca: Unifran, 2015, p. 101-120.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/librerialatinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=164&page_Num_rs_libros=60>. Acesso em: 16 de mai. 2019. P. 117-142
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo** / Edward W. Said; Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2017.